

- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - GABINETE DO PREFEITO

Marataízes/ES, 19 de novembro de 2025.

MENSAGEM Nº 030/2025

## Excelentíssimo Senhor Presidente Excelentíssimos Senhores Vereadores

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, encaminho para apreciação de Vossas Excelências, a presente mensagem com o fito de propor e justificar aos representantes dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, que "ESTABELECE DIRETRIZES PARA A OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTERAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".

A presente proposta justifica-se tendo em vista que, o Parecer CEE-ES nº 8.771/2024 e a Resolução CEE-ES nº 8.279/2024, que aprovaram a Política de Educação em Tempo Integral do Município de Marataízes, apresentam recomendações expressas de atualização da legislação local.

O referido Parecer, embora tenha reconhecido a consistência da política municipal, apontou que a Lei nº 2.235/2021 foi editada antes da Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, e das Portarias MEC nº 1.495/2023, nº 2.036/2023 e nº 748/2024, que regulamentam a implementação e o monitoramento da política nacional, havendo, portanto, a necessidade de adequação da legislação municipal, visando atender às novas diretrizes federais e estaduais que disciplinam a ampliação progressiva da jornada escolar, a gestão intersetorial, a inclusão de temáticas obrigatórias e a promoção da equidade e da diversidade nas redes de ensino.

Da mesma forma, a Resolução CEE-ES nº 8.279/2024, ao homologar a Política Municipal de Educação em Tempo Integral, reforça a obrigação do mantenedor de promover a atualização da referida lei, conforme determina o parágrafo único do artigo 1º, em consonância com as diretrizes da Lei Federal nº 14.640/2023 e seus regulamentos.

A atualização da legislação municipal é condição necessária para assegurar a coerência normativa, a segurança jurídica e a continuidade da política pública no âmbito da rede municipal de ensino.







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

Assim, o projeto segue com reprodução integral em novo texto revogando a Lei 2235 de 13 de dezembro de 2021, na forma do artigo 12 da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998 que prevê:

"Art. 12. A alteração da lei será feita:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;"

Diante do exposto, submeto o presente projeto de lei à apreciação, discussão e aprovação dos Ilustres Vereadores.

ANTONIO

Assinda diplatmente por ANTONIO
BITENCOURT 12788.0 - 12-98 C. - 12-9

**ANTONIO BITENCOURT** 

Prefeito Municipal







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI №	de	de	de	

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARATAÍZES Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Institui através de parceria com o Governo do Estado do Espírito Santo, o Programa Capixaba de Fomento à Implementação de Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral - PROETI no sistema de ensino de Marataízes/ES e dá outras providências.

**Parágrafo único.** A Educação em Tempo Integral pretende formar cidadãos de direito em todas as suas dimensões, criativos, empreendedores, conscientes e participantes, desenvolvendo os estudantes intelectualmente e fisicamente, incentivando os cuidados com a saúde, a responsabilização pela natureza, a produção de arte, a valorização da história e do patrimônio, o respeito pelos direitos humanos e pela diversidade, a promoção de um país mais justo e solidário, promovendo uma convivência pacífica e fraterna de todos, dentro dos espaços escolares e do território de localização da unidade escolar.

**Art. 2º** Implementa gradativamente o Programa de Educação em tempo Integral-PROETI na rede municipal de ensino em suas unidades escolares, conforme análise e possibilidade da Secretaria de Educação.

Art.3 º A Educação em Tempo Integral tem por principais finalidades:

- I ampliar tempo de permanência dos estudantes, espaços escolares e oportunidades de aprendizado;
- II aumentar a proficiência relativa aos conteúdos associados a competências e habilidades desejáveis para cada série e cada disciplina e o fluxo dos estudantes, visando diminuir a evasão escolar e o abandono;
- III formar crianças, adolescentes e jovens autônomos, críticos e participativos;
- IV fomentar o diálogo entre Poder Público, Comunidade Escolar e Sociedade Civil;
- V promover o desenvolvimento das múltiplas dimensões da infância, adolescência e juventude, considerando o corpo, a mente e a vida social; e





- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

VI - complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

- **Art.4** O A oferta de Educação em Tempo Integral nas unidades escolares do município se dará por meio de planejamento técnico e escuta ativa das comunidades diretamente envolvidas, buscando a Secretaria Municipal de Educação o menor impacto possível, atendendo às demandas, observando a viabilidade de infraestrutura e pessoal e a menor movimentação possível de estudantes e equipe escolar.
- § 1º A oferta de Educação em Tempo Integral pode ser implementada em qualquer unidade escolar, desde que haja consenso entre o Poder Público, a Comunidade Escolar e a Sociedade Civil. Com o intuito de priorizar tanto os alunos quanto as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.
- § 2º A oferta de melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais dos desenvolvimentos e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;
- § 3º É recomendável que a Educação em Tempo Integral seja realizada em turno único diurno a esta oferta, ressalvados os casos em que haja necessidade de ocorrer na mesma escola a terminalidade de turmas já em funcionamento.
- § 4º A oferta de Educação em Tempo Integral considerará, além do currículo comum da escola, atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser no mínimo de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais durante todo o ano letivo, com a previsão da jornada de professores disposta no art. 7º desta Lei;
- § 5º A definição dos trâmites necessários, bem como prazos, critérios, etapas e documentação para implantação da Educação em Tempo Integral nas unidades escolares, se dará por meio de ato administrativo do Secretário Municipal de Educação.
- **Art. 5º** Deverá ser realizado planejamento sistêmico de alocação para ampliação de novas matrículas, buscando viabilizar questões estruturais, pedagógicas, alimentação, transporte escolar, equipamentos e quadro de profissionais.







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único: Para atender o caput deste artigo deverá ser observado nos instrumentos de planejamento do município conforme previsto na Constituição Federal, artigo 165, por meio de recursos de transferência obrigatórias, recursos próprios e buscar ampliação junto aos demais entes federados.

**Art. 6º** O currículo da Educação em Tempo Integral será constituído de:

- I Base Nacional Comum Curricular, à qual são acrescentadas as competências e disciplinas indicadas pelos órgãos normatizadores;
- II Atividades diferenciadas e multidisciplinares, que serão aplicadas pelos docentes das diversas áreas de conhecimento, sendo atendida a necessidade de capacitação específica da equipe escolar principalmente na parte diversificada, quando necessário:
- III Reconhecimento e garantia dos direitos de aprendizagem e do desenvolvimento pleno definidos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN);
- IV DCN e no Currículo Referência para as diversas etapas, modalidades e para todos os estudantes, levando em conta suas necessidades individuais e coletivas de aprendizagem. Promovendo um ambiente focado na equidade da comunidade escolar:
- V Visão holística dos indivíduos envolvidos no processo educativo incluindo estudantes. docentes, gestores. profissionais da educação e famílias reconhecendo-os como sujeitos historicamente inseridos e multidimensionais, que se desenvolvem continuamente, integrando de maneira articulada os aspectos cognitivo, físico, social, emocional, cultural e político de sua formação;
- VI Indissociabilidade entre as práticas de cuidado e ensino em toda a educação básica:
- VI Reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, sociocultural, territorial, linguística, sexual e de gênero, da comunidade surda e de pessoas com deficiência como base para a construção de um ambiente escolar inclusivo, justo e democrático:
- VIII Integração e conexão da educação escolar com outras políticas sociais, visando à proteção e promoção integral dos direitos humanos e ao enfrentamento das diversas formas de exclusão social, tais como: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990), Educação para o Trânsito (Lei no 9.503/1997), Ambiental Nutricional (Lei no 11947/2009), е Envelhecimento, respeito e Valorização do Idoso (Lei no 10.741/2003), Educação em Direitos Humanos (Decreto no 7.037/2009), Educação das Relações Étnicos sociais e Ensino de história e cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena (Leis no 10.639/2003 e 11.645/2008), Saúde, vida Familiar e Social, Educação para o Consumo, Educação Financeira e Fiscal, Trabalho, ciência e tecnologia, diversidade Cultural:







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

- IX Articulação da educação escolar com políticas sociais relacionadas à educação integral desenvolvida em espaços fora da escola, como centros comunitários, instituições e Territórios Etnoeducacionais;
- X Integração dos temas contemporâneos transversais previstos na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo Referência, com foco na promoção da Educação em Direitos Humanos, da Educação Socioambiental e da Educação para as Relações Étnico-Raciais, conforme as Diretrizes Nacionais correspondentes;
- XI Intencionalidade na promoção da igualdade educacional; e Reconhecimento da Educação Integral como conceito que organiza, conecta e articula as diferentes fases da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e suas modalidades: Educação do Campo, Educação Especial na perspectiva Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos), independentemente da realização em tempo parcial ou integral.
- § 1º A Organização Curricular será objeto de ato administrativo emanado pelo Secretário Municipal de Educação.
- § 2º A Organização Curricular será estruturada com a distribuição das aulas de forma integrada e articulada.
- § 3º Será oferecido Atendimento Educacional Especializado, de acordo com a legislação vigente, ao público da educação especial, matriculado nas escolas municipais com oferta de Educação em Tempo Integral, por meio do atendimento educacional especializado na sala de recursos da própria escola ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado CAEE, localizados em instituições filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público, fortalecendo o trabalho colaborativo.
- § 4º É essencial a construção do Projeto de Vida pelo estudante e o desenvolvimento do protagonismo juvenil como ponto de partida para execução do currículo, buscando a construção de uma educação de qualidade e a formação do estudante.
- **Art. 7º** Aos professores, pedagogos e coordenadores escolares que constituem o Quadro do Magistério Público Municipal em exercício no turno de oferta da Educação em Tempo Integral ficam instituídas as cargas horárias de 35 (trinta e cinco) ou 40 (quarenta) semanais de trabalho, de acordo com a oferta de Educação em Tempo Integral que cada unidade escolar dispuser, totalmente cumpridas no interior das escolas.
- § 1º Os servidores que exercem a função de Diretor Escolar ou Coordenador Pedagógico, titulares de apenas um cargo público efetivo, selecionados para exercício no turno de oferta de Educação em Tempo Integral, farão jus ao





- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

vencimento ou subsídio equivalente à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, que deverão ser cumpridas totalmente no interior das escolas;

- § 2º Aos professores que constituem o Quadro do Magistério Público Municipal no turno de oferta de Educação em Tempo Integral fica vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, seja esta pública ou privada, durante o turno de funcionamento da Educação em Tempo Integral na unidade escolar;
- § 3º O profissional do magistério em acumulação legal de cargo, que possua dois vínculos na rede municipal de ensino, e atue na oferta de Educação em Tempo Integral, poderá:
- I Atuar integralmente no turno que oferte Educação em Tempo Integral e complementar, se necessário, a carga horária restante na mesma unidade escolar, quando esta dispuser de carga horária no componente curricular de ingresso no concurso específico do profissional; e
- II Atuar integralmente no turno que oferte Educação em Tempo Integral e complementar, se necessário, a carga horária restante em outra unidade escolar, que dispuser de carga horária no componente curricular de ingresso no concurso específico do profissional.
- § 4º A remuneração dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal que atuem no turno que oferte Educação em Tempo Integral será calculada com base na quantidade de horas oferecidas no turno, independentemente da carga horária básica do docente.
- § 5º Fica vedada a atuação de profissional com carga horária reduzida, em quaisquer situações.
- **Art. 8º** É atribuição da Secretaria Municipal de Educação:
- I Fixar diretrizes relativas às ações específicas da Educação em Tempo Integral;
- II Promover formações e capacitações específicas às finalidades da Educação em Tempo Integral para a Comunidade Escolar com a intenção de aprimorar estudos e aprendizados com as demais políticas sociais, com ênfase na educação pautada pela equidade, antirracista e contra todo tipo de discriminação, na perspectiva da proteção e promoção do conjunto de direitos humanos;
- III Monitorar práticas e resultados;
- IV Acompanhar a execução dos projetos desenvolvidos pelas escolas e realizar articulação com a sociedade civil, seja por meio de parcerias ou diretamente;
- V Acompanhar estrategicamente a implantação, o desenvolvimento e a expansão das escolas de oferta de Educação em Tempo Integral;
- VI Monitorar resultados de proficiência obtidos nas avaliações externas (Paebes/Saeb), e de fluxo dos estudantes, buscando elevar a qualidade do ensino;







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

- VII Participar e se envolver nas formações propostas para a oferta da Educação em Tempo Integral, disseminando no cotidiano de todas as escolas municipais, no que for cabível, as boas práticas vivenciadas;
- VIII Promover a integração e articulação da educação escolar com as políticas socias implicadas a educação integral promovida em ambientes externos à escola como espaços comunitários, institucionais e territórios etnoeducacionais;
- IX Verificar o desenvolvimento da Educação em Tempo Integral por meio de reuniões de monitoramento e avaliação de resultados a serem realizadas ao longo do ano letivo, com frequência e datas a serem definidas conjuntamente pela Superintendência Regional de Educação do Espírito Santo, Unidade Central/SEDU e Secretaria Municipal de Educação;
- X Solicitar parcerias com outras secretarias municipais, como Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social, visando mitigar as vulnerabilidades enfrentadas pelos alunos.
- **Art. 9º** É atribuição das unidades escolares que ofertam Educação em Tempo Integral:
- I Garantir que os processos de ensino aprendizagem sejam efetivados nas unidades escolares, conforme diretrizes e orientações emanadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- II Oportunizar formação continuada, em serviço, para toda a Equipe Escolar, na busca de aprimoramento e avanço nos processos de ensino-aprendizagem;
- III Cumprir e fazer cumprir disposições legais, bem como orientações para a oferta de Educação em Tempo Integral; e
- IV Definir coletivamente objetivos e ações para alcance de metas na construção do Plano de Ação Escolar, que deverá ser atualizado anualmente, avaliado periodicamente e remodelado, quando preciso, de acordo com necessidades específicas por toda a comunidade escolar:
- V Promover Valores Democráticos: A escola deve promover continuamente a inclusão, a equidade e a ação democrática, assegurando a participação de todos os membros da comunidade escolar no processo educativo;
- VI Avaliar e Revisar: O cumprimento dos deveres aqui descritos será avaliado periodicamente, e a escola deverá promover ajustes necessários para garantir a efetividade e a inclusão no ambiente educacional;
- VII Ofertar dados sobre os alunos que sofrem de algum tipo de vulnerabilidade, de forma a subsidiar ações específicas para sua proteção e desenvolvimento integral em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação;
- **Art.10º** As unidades escolares que ofertam Educação em Tempo Integral terão um corpo técnico-pedagógico-administrativo responsável por dinamizar todas as ações e diretrizes relativas aos processos de ensino-aprendizagem no âmbito da escola e da comunidade escolar.







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

**Parágrafo único.** A Equipe Escolar deverá ser distribuída nos seguintes eixos, formadores da estrutura organizacional da escola:

- I Eixo Gestor:
- II Eixo Pedagógico;
- **Art.11** O Eixo Gestor deverá ser composto pela Equipe Gestora, que terá a seguinte estruturação:
- I Diretor Escolar DE;
- II Coordenador Pedagógico CP;
- III Coordenador Escolar CE
- § 1º As funções constantes dos incisos I, II e III serão exercidas, exclusivamente, por ocupantes do quadro efetivo do Magistério Público Municipal e dar-se-á por meio de critérios técnicos a serem definidos por ato administrativo do Secretário Municipal da Educação.
- § 2º As funções constantes dos incisos I, II e III serão gratificadas conforme legislação vigente.
- § 3º A carga horária dos integrantes do Eixo Gestor será de horas em atividade de gestão, suporte e eventual atuação pedagógica.
- § 4º A designação da Equipe Gestora dar-se-á por meio de critérios técnicos a serem definidos por ato administrativo do Secretário Municipal de Educação.
- § 5º Todos os profissionais do Eixo Gestor, obrigatoriamente, atuarão na função de tutor pedagógico junto aos estudantes matriculados nas unidades que ofertam Educação em Tempo Integral.
- § 6º São atribuições do Diretor Escolar, além daquelas já previstas nas normas vigentes:
- I Coordenar a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico PPP, do Programa de Autoavaliação Institucional - PAI e do plano de ação da unidade escolar, acompanhando a execução e promovendo sua avaliação contínua;
- II Executar o planejamento, a efetivação, a checagem e a avaliação das ações previstas no Plano de Ação da Escola relacionado às suas atribuições e garantir o Ciclo de Melhoria Contínua - PDCA (Planejar, Executar, Avaliar e Ajustar), em todas as etapas do processo;
- III Assegurar tempo e espaço para o desenvolvimento das práticas e vivências do protagonismo, em especial na condução do Conselho de Líderes de Turmas e na organização e desenvolvimento dos Clubes de Protagonismo;







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

- IV Acompanhar e monitorar o fluxo de estudantes, no que diz respeito a solicitações de transferência para outras unidades escolares;
- V Responsabilizar-se, juntamente com os servidores do Eixo Gestor e do Eixo Pedagógico, pelos resultados de proficiência e fluxo dos estudantes;
- VI Criar condições para a viabilização da formação continuada da equipe escolar e reuniões de fluxo;
- VII Viabilizar as condições adequadas para o funcionamento pleno da unidade de ensino quanto às instalações físicas, ao relacionamento escolar, à efetividade do processo ensino- aprendizagem e à participação da comunidade;
- VIII Interagir com os familiares/responsáveis pelo estudante, com a comunidade, as lideranças locais, as instituições públicas e privadas para a promoção de parcerias que possibilitem a consecução das ações da unidade de ensino, no modelo da corresponsabilidade:
- IX Reunir-se com a Equipe Gestora para as providências acerca dos registros recebidos da equipe escolar, relatando situações atípicas do cotidiano da escola observadas nos diversos espaços, tais como: desvio de conduta, dificuldade de relacionamento, sinais de agressão e indisciplina;
- X Viabilizar a avaliação institucional, envolvendo toda a comunidade escolar em busca da melhoria dos processos da unidade escolar; e
- XI Exercer, no âmbito de sua competência, outras atribuições determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.
- § 5º São atribuições do Coordenador Pedagógico, além daquelas já previstas nas normas vigentes:
- I Coordenar, acompanhar a execução e controlar, em conjunto com o Diretor, o processo de elaboração coletiva, a implementação e a avaliação do Projeto Político Pedagógico, do Plano de Avaliação Institucional e do Plano de Ação Escolar e promover sua avaliação contínua e ajustes;
- II Executar, em conjunto com a equipe escolar, o planejamento, a efetivação, a checagem e a avaliação das ações previstas no Plano de Ação Escolar relacionado às suas atribuições e garantir o PDCA (Planejar, Executar, Avaliar e Ajustar) em todas as etapas do processo;
- III Coordenar, validar, acompanhar e ajustar as ações do(s) Pedagogo(s) e dos PCA's;
- IV Garantir a unidade da ação pedagógica, por meio do gerenciamento das atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, com vistas à permanência do estudante na unidade de ensino;
- V Monitorar com o pedagogo responsável a Parte Diversificada do Currículo;
- VI Assegurar o alinhamento e o desenvolvimento dos conteúdos dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular e da Parte Diversificada;
- VII Analisar os indicadores educacionais da unidade de ensino, buscando, coletivamente, alternativas para solução dos problemas e propostas de intervenção no processo de ensino- aprendizagem;





- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

- VII Coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos projetos desenvolvidos na unidade escolar, sistematizando-os por meio de registros e relatórios e divulgando os resultados:
- IX Coordenar o conselho de classe, em todas as fases, registrando informações que subsidiem ações futuras;
- X Diagnosticar necessidades de aprendizagem e propor ações de formação continuada da equipe escolar; e
- XI Exercer, no âmbito de sua competência, outras atribuições determinadas pela Direção Escolar.
- § 6º São atribuições do Coordenador Escolar, além daquelas já previstas nas normas vigentes:
- I dar assistência no início, durante e no término das atividades do seu turno de trabalho, controlando a pontualidade do pessoal discente, docente e demais funcionários, registrando as faltas dos professores, bem como controlando a reposição de aulas;
- II participar do planejamento da unidade escolar e demais providências relativas às atividades extraclasses;
- III participar do Conselho de Classe, das reuniões de pais, de professores, informando inclusive as ocorrências graves;
- IV atender a pais, responsáveis e demais pessoas que compareçam à unidade escolar:
- V coordenar técnica e administrativamente as atividades relacionadas à organização e ao funcionamento da unidade escolar;
- VI dar início e término ao recreio escolar e acompanhar as atividades realizadas nesse período, bem como o controle da alimentação escolar;
- VII controlar o horário do transporte escolar, onde houver, comunicando ao Diretor os possíveis imprevistos;
- VIII contribuir com o trabalho integrado com a equipe docente, Diretor, Conselho de Escola e pais/responsáveis dos alunos para decisões quanto aos problemas disciplinares discentes ocorridos no turno;
- IX registrar, em fichas ou em livro próprio, as ocorrências observadas em sala de aula e/ou em outros espaços, verificadas em seu turno de trabalho, fazendo os encaminhamentos necessários, informando à Direção, ao Pedagogo ou a quem de direito, sempre observando a legislação vigente e o Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Marataízes, para que sejam tomadas as devidas providências:
- X desenvolver atividades relacionadas à organização e ao funcionamento da unidade escolar, participando, com os demais profissionais, educandos e a comunidade escolar, das ações planejadas em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI;





- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

- XI atuar de forma integrada com a Direção Escolar, com a equipe docente, pedagógica e com demais segmentos da unidade escolar;
- XII acompanhar e avaliar o trabalho desenvolvido pelos auxiliares de serviços gerais e informar ao Diretor suas observações e encaminhamentos;
- XIII atender aos alunos em caso de indisciplina, conflitos, questões de saúde e encaminhamento ao Diretor e aos órgãos competentes, quando necessário;
- XIV apoiar o professor em sala de aula em situações de organização e dificuldades com a turma e/ou aluno:
- XV receber e entregar materiais trazidos por terceiros a alunos;
- XVI enviar bilhetes, comunicados e/ou e-mails informativos aos pais/responsáveis;
- XVII participar da elaboração, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI;
- XVIII participar da elaboração, execução e avaliação do Programa de Autoavaliação Institucional PAI e do Plano de Ação Anual da unidade escolar;
- XIX cumprir e fazer cumprir o calendário da unidade escolar;
- XX buscar soluções em situação de conflito na relação interpessoal no âmbito escolar e, se necessário, encaminhá-la à Direção da unidade escolar;
- XXI escriturar, de forma correta e fidedigna, o livro de ponto em seu turno de atuação, registrando a ausência do servidor, do docente e a reposição de aula, bem como acompanhar o cumprimento do horário de planejamento e outras atividades;
- XXII zelar pelo patrimônio público e recursos didático-pedagógicos;
- XXIII monitorar, sistematicamente, os serviços de alimentação quanto às exigências sanitárias, padrões nutricionais e organização na distribuição do alimento; XXIV fiscalizar a execução dos serviços de limpeza e de vigilância, nas dependências e espaços de circulação, de todos os servidores administrativos lotados na unidade escolar que tenham esta incumbência, prestando relatório ao Diretor Escolar para as medidas cabíveis;
- XXV viabilizar e incentivar a utilização dos equipamentos e espaços escolares;
- XXVI manter-se atualizado sobre vulnerabilidades e desafios das turmas e alunos, visando auxiliá-los em seu protagonismo;
- XXVII apoiar no processo de busca ativa de estudantes com baixa frequência; e XXVIII exercer, no âmbito de sua competência, outras atribuições determinadas pelo Direção Escolar.
- Art.12 O Eixo Pedagógico será composto por:
- § 1º Para as escolas que ofertam Ensino Fundamental Anos Iniciais:
- I Professor:
- II Pedagogo.
- § 2º Paras as escolas que ofertam Ensino Fundamental Anos Finais:







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

- I Professor:
- II Professor Coordenador de Área PCA, por área de:
- a) Linguagens;
- b) Ciências Humanas:
- c) Ciências da Natureza e Matemática:
- III Pedagogo.
- § 3º Todos os profissionais do Eixo Pedagógico obrigatoriamente atuarão na função de tutor pedagógico junto aos estudantes matriculados nas unidades que ofertam Educação em Tempo Integral.
- § 4º Aos integrantes do Eixo Pedagógico no Quadro do Magistério Público Municipal de atuação específica no turno que ofertam Educação em Tempo Integral, ficam instituídas as possibilidades de cumprimento da carga horária semanal de trabalho, de acordo com a oferta particular de Educação em Tempo Integral de cada unidade escolar, totalmente cumpridas no interior da escola, com carga horária multidisciplinar ou coordenação especializada.
- § 5º São atribuições do Professor, além daquelas já previstas nas normas vigentes:
- I Elaborar, cumprir e manter atualizado todos os documentos e instrumentos necessárisos para o planejamento individual, coletivo e/ou o Plano de Ensino, em consonância com a proposta pedagógica da unidade escolar;
- II Assegurar o desenvolvimento dos conteúdos curriculares da BNCC e da Parte Diversificada, assegurando a aplicação dos fundamentos, dos princípios e dos conceitos da Proposta Pedagógica;
- III Utilizar metodologias de trabalho que, respeitando a proposta pedagógica da escola, promovam a inclusão, a solidariedade, a troca de experiências, a aprendizagem e contribuam para a educação integral dos estudantes;
- IV Identificar, em conjunto com o pedagogo e/ou PCA, as situações de necessidades de atendimento diferenciado para o devido encaminhamento dos estudantes;
- V Diagnosticar dificuldades de aprendizagem do estudante, sugerindo medidas que contribuam para a superação das mesmas;
- VI Participar das reuniões de pais/familiares/responsáveis e do conselho de classe, fornecendo, quando necessário, informações sobre o desempenho dos jovens;
- VII Propor, discutir, apreciar e coordenar projetos para sua ação pedagógica;
- VIII Participar das atividades diversificadas e das atividades complementares, bem como atividades de natureza interdisciplinar e multidisciplinar;
- IX Estimular cotidianamente o desenvolvimento do Projeto de Vida dos estudantes, movimentando-o enquanto eixo central da escola;
- X Promover, cotidianamente, a autoestima do estudante de maneira a praticar a Pedagogia da Presença e zelar por sua aprendizagem;





- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

- XI Realizar o PDCA (Planejar, Executar, Avaliar e Ajustar) ao final de cada processo; e
- XII Exercer, no âmbito de sua competência, outras atribuições determinadas pela Direção Escolar.
- § 6º São atribuições do PCA, além daquelas já previstas nas normas vigentes:
- I Auxiliar na elaboração e na execução do Plano de Ação Escolar;
- II Executar, como etapas contínuas do trabalho pedagógico, o planejamento, a execução, a checagem e a avaliação das ações previstas para equipe de professores das respectivas áreas de conhecimento;
- III Acompanhar e avaliar as aulas dos professores de suas respectivas áreas de conhecimento:
- IV Estimular a Pedagogia da Presença com os docentes de sua área de conhecimento;
- V Assessorar e coordenar a equipe de professores na elaboração e execução do planejamento didático-pedagógico;
- VI Acompanhar periodicamente a elaboração e o cumprimento dos Planos de Ensino pelos professores;
- VII Orientar as atividades dos professores em horas de trabalho pedagógico coletivo e individual;
- VIII Assessorar o trabalho do professor na observação, no registro e na sistematização de informações sobre o estudante, acompanhando os registros no diário de classe;
- IX Diagnosticar, junto com o corpo docente, dificuldades de aprendizagem do estudante, sugerindo medidas que contribuam para a superação das mesmas;
- X Planejar, participar e avaliar as reuniões do conselho de classe e de planejamento pedagógico, orientando os participantes em relação aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou problemas específicos na sua área de conhecimento:
- XI Acompanhar os resultados trimestrais por componente/professor, validando e acompanhando as atividades e as avaliações a serem aplicadas aos estudantes e organizando atividades inter e multidisciplinares quando couber;
- XII Elaborar e desenvolver atividades de estudo destinadas às reuniões de áreas de conhecimento:
- XIII Realizar o PDCA (Planejar, Executar, Avaliar e Ajustar) ao final de cada processo; e
- XIV Exercer, no âmbito de sua competência, outras atribuições determinadas pela Direção Escolar.
- § 7º São atribuições do Pedagogo, além daquelas já previstas nas normas vigentes:





- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

- I Apoiar e auxiliar a Coordenação Pedagógica na elaboração, coordenação, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP), do Plano de Atendimento Individual (PAI) e do Plano de Ação Escolar;
- II Executar, em conjunto com a equipe escolar, o planejamento, a efetivação, a checagem e a avaliação das ações previstas no plano de ação da escola relacionado às suas atribuições e garantir o PDCA (Planejar, Executar, Avaliar e Ajustar), em todas as etapas do processo;
- III Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do estudante seja o ponto de partida, por meio do Projeto de Vida, para o seu redirecionamento pedagógico;
- IV Orientar, acompanhar e monitorar os professores, apenas os da Parte Diversificada quando a escola possuir PCA, no desenvolvimento das eletivas, tutoria, estudos orientados, aprofundamento de estudos, pensamento científico, práticas experimentais e protagonismo;
- V Coordenar o processo de tutoria, orientado e apoiado pela coordenação pedagógica, bem como acompanhando e orientando as ações relativas à execução na escola:
- VI Estimular o aperfeiçoamento sistemático do corpo docente, por meio de cursos, seminários, encontros e outros mecanismos adequados em conjunto com a coordenação pedagógica;
- VII Disseminar práticas inovadoras, visando ao aprofundamento teórico e garantindo o uso adequado dos espaços de aprendizagem e recursos tecnológicos disponíveis na escola;
- VIII Estimular e incentivar a Pedagogia da Presença com toda a Comunidade Escolar, mantendo um ambiente favorável ao processo de ensino-aprendizagem;
- IX Colaborar com o processo de acolhimento, buscando contribuir com a organização dos estudantes na semana inicial, semana de protagonismo e outras ações que potencializam esta metodologia na unidade escolar;
- X Apoiar a coordenação pedagógica na realização do conselho de classe, com a participação dos estudantes líderes de turma por meio da elaboração da pauta de avaliação, buscando identificar e intervir nas dificuldades dos estudantes;
- XI Identificar necessidades de natureza socioemocional entre os estudantes e articular procedimentos de encaminhamentos para atendimento externo, quando necessário; e
- XII Exercer, no âmbito de sua competência, outras atribuições determinadas pela Direção Escolar.
- **Art.13** A transferência de recursos será realizada anualmente, a partir de valor único por aluno, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento, a ser definida por ato da SEDU.
- Art.14 A SEDU disporá, em decreto regulamentar, as condições, os critérios operacionais de distribuição, o repasse, a execução e a prestação de contas





- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

referente aos recursos financeiros resultantes do termo de compromisso e do plano de implementação.

**Art.15** No período de implementação e também continuidade do PROETI o município poderá apoiar financeiramente conforme à conta de dotação orçamentária da referida administração pública municipal.

**Art.17** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações necessárias ao cumprimento desta Lei no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

**Art.18** O chefe do poder executivo, junto a SEMED, poderá editar normas complementares regulamentadoras para execução da presente ação governamental.

**Art.19** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei 2.235 de 13 de dezembro de 2021.

Marataízes/ES.	de	dρ
IVIAIAIAIZES/I O.	CIC:	UE

ANTONIO

Assinado diplaimente por ANTONIO BITENCOURT
11427/33070

BITENCOURT:
11427/33070

ASSINATOR COLUMNITATION BASEN
11427/33070

ASSINATOR COLUMNITAT

### **ANTÔNIO BITENCOURT**

Prefeito Municipal





- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

Marataízes/ES, 19 de novembro de 2025.

**MENSAGEM Nº 031/2025** 

Excelentíssimo Senhor Presidente Excelentíssimos Senhores Vereadores

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, encaminho para apreciação de Vossas Excelências, a presente mensagem com o fito de propor e justificar aos representantes dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, que "ALTERA A DENOMINAÇÃO DE CARGO DA LEI COMPLEMENTAR 2386 DE 28 DE JUNHO DE 2024".

A presente proposta justifica-se tendo em vista a necessidade de adequar o quadro funcional da Secretaria Municipal de Educação às disposições contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A Lei Complementar nº 2.386/2024, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Município de Marataízes prevê o cargo de "Monitor Escolar – Educação Especial", cujas atribuições se mostram substancialmente idênticas às exercidas pelo "Profissional de Apoio Escolar", conforme definição expressa no artigo 58 da Lei nº 13.146/2015. Essa figura profissional é reconhecida em âmbito nacional como essencial para garantir o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas atividades escolares.

Dessa forma, a adequação da nomenclatura do cargo municipal às normas federais se faz necessária para alinhar a legislação local às diretrizes da política nacional de educação inclusiva, assegurando maior precisão técnica, uniformidade terminológica e conformidade jurídica.

Diante do exposto, submeto o presente projeto de lei à apreciação, discussão e aprovação dos Ilustres Vereadores.

ANTONIO N.C. 4288. Oct. Peres (O.-M.S. SOLUTI Margin vig. (O.-I. 1988). Oct. Peres (

ANTONIO BITENCOURT

Prefeito Municipal







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº	DE	DE _	DE 2025

ALTERA DENOMINAÇÃO DE CARGO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 2386 DE 28 DE JUNHO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MARATAÍZES** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I e III da Lei Complementar nº. 2386, de 28 de junho de 2024, passam a vigorar com a seguinte redação:

### ANEXO I

Grupo Ocupacional	Cargo	Nível de Vencimento	Carga Horária Semanal	Quantita tivo Total por Cargo	Áreas de Especialização
	Administrador	V	30h	02	
	Analista Ambiental	V	30h	05	Biologia Engenharia Ambiental Saneamento Educação Ambiental Direito Ambiental
	Arquiteto	VI	30h	03	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
	Assistente Social	V	30h	12	
	Auditor Interno Municipal (Controlador Municipal)	VI	30h	02	
	Biólogo	V	30h	01	
	Cirurgião Dentista	SIV	30h	08	
	Contador	VI	30h	06	
	Enfermeiro	SIV	30h	24	
	Engenheiro Civil	VI	30h	02	
	Farmacêutico	SIV	30h	07	
	Fisioterapeuta	SIV	30h	07	
	Fonoaudiólogo	SIV	30h	07	
Nível Superior	Nutricionista	V	30h	04	
	Psicólogo	V	30h	11	
	Médico Plantonista	SVI	24h	15	
				01 02 01 05 01 01	Angiologista Cardiologista Cirurgião Geral Clínico Geral Dermatologista Endocrinologista



na 2 de 6



## - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

				0.1	C ( 1 1
				01	Gastroenterologista
1				01	Geriatra
1				03	Ginecologista e Obstetra
1				01	Neurologista
1				01	Oftalmologista
	Médico	SV	20h	03	Ortopedista
	Medico	SV	2011	01	Otorrinolaringologista
				04	Pediatra
				01	Pneumologista
		~~~		02	Psiquiatra
	Médico Veterinário	SIV	20h	02	
	Auditor Fiscal de Tributos	VI	30h	02	
	Fiscal Ambiental	V	30h	04	
Fiscalização Municipal	Fiscal de Obras e Posturas	V	30h	04	
	iscal de Vigilância Sanitária	V	30h	03	
	Fiscal de Renda	V	30h	03	
	Técnico Agrícola	IV	40h	02	
Técnico	Técnico em Meio Ambiente	IV	40h	02	
Tecnico	Técnico em Enfermagem	SIII	40h	15	
	Técnico em Informática	IV	40h	04	
	Técnico em Turismo*	IV	40h	02	
Administrativo	Agente/Oficial Administrativos	III	40h	70	Agente
Financeiro	Agente de Arrecadação	III	40h	05	Administrativo/ financeiro
Apoio à Saúde	Auxiliar em Saúde Bucal*	SII	40h	08	Saúde Bucal
	Educador Social	III	40h	22	Educador Social
	Inspetor de Disciplina	III	40h	24	Inspetor de Disciplina
	Monitor Escolar	III	40h	82	Monitor Escolar
Apoio à Educação/Social	Profissional de Apoio Escolar	III	40h	18	Profissional de Apoio Escolar
Laucação/Bociai	Secretário Escolar	III	40h	36	Secretário Escolar
Transporte	Motorista de Veículos	III	40h	91	Motorista







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

## ANEXO III

# CARGOS DO QUADRO PERMANENTE E SUPLEMENTAR DE PESSOAL HIERARQUIZADOS POR NÍVEIS DE VENCIMENTO

ANEXO III - Cargos do Quadro Permanente e Suplementar de Pessoal Hierarquizados por Níveis de Vencimento

Nível de Vencimento	Denominação do Cargo
	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Conservação*
	Auxiliar de Topografia*
	Borracheiro
	Cozinheira*
	Eletricista de Veículos e Máquinas*
	Encarregado de Serviços de Limpeza e Conservação*
	Guarda Patrimonial Interno (Vigia)*
	Mecânico de Veículo à Diesel*
	Mecânico de Veículo à Gasolina/Álcool*
Ţ	Motoboy*
1	Motorista de veículos Leves*
	Motorista de Veículos Pesados*
	Salva Vidas*
	Zelador de Cemitério*
	Monitor de Transporte Escolar*
	Agente de Atendimento Público*
	Eletricista de Baixa e Alta Tensão*
II	Oficial de Obras Públicas*
	Operador de Máquinas Pesadas*
	Agente de Arrecadação
	Agente de Defesa Civil*
	Agente/Oficial Administrativo
	Controlador de Patrimônio e Almoxarifado*
	Educador Social
	Inspetor de Disciplina
	Monitor Escolar
Ш	Profissional de Apoio Escolar
111	Motorista de Veículos
	Operador de Autocad*
	Secretário Escolar
	Técnico Agrícola
	Técnico em Aquicultura e Pesca*
	Técnico em Contabilidade*
	Técnico em Edificações*
	Técnico em Informática
	Técnico em Meio Ambiente
IV	Técnico em Mineração*
	Técnico em Turismo **
	Topógrafo*







- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º O **Nível III, da TABELA DE VENCIMENTOS ADM GERAL** da Lei Complementar 2386 de 28 de junho de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### TABELA DE VENCIMENTOS ADM GERAL

	Agente de Arrecadaçã o Agente/ Oficial Administrati vos Educador Social	Controlador de Patrimônio e Almoxarifa do Operad or de Autocad Agente de Defesa Civil													
III	Inspetor de Disciplina Monitor Escolar	Auxiliar de Topografia Topógrafo	2.568,7 6	2.645,8 2	2.725,2 0	2.806,9 5	2.891,1 6	2.977,9 0	3.067,2 3	3.159,2 5	3.254, 03	3.351,6 5	3.452,2 0	3.555,7 6	3.662,4 4
	Profissiona I de Apoio Escolar Motorista de Veículos Secretário Escolar	Guarda Vidas													

Art. 3º O Anexo V, GRUPO OCUPACIONAL V, APOIO À EDUCAÇÃO, Cargo: MONITOR ESCOLAR EDUCAÇÃO ESPECIAL CBO – 3341-10 da Lei Complementar 2386 de 28 de junho de 2024, para a vigorar com a seguinte redação:

### "1. Cargo: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR CBO - 3341 -10

**2. Descrição sintética**: Os ocupantes do cargo têm como atribuição exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino; com intuito de assegurar o desenvolvimento das mesmas, zelando pelo bem-estar da pessoa assistida.

### 3. Requisitos para provimento:

**Instrução** - ensino médio completo, Curso de cuidador de alunos/pessoas com necessidades especiais de no mínimo 120 h.

**Outros requisitos** - conhecimentos básicos de processador de textos, planilhas eletrônicas e internet, bem como conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, domínio do cuidado com crianças com deficiência.

## 4. Recrutamento:

Externo - no mercado de trabalho mediante concurso público.

#### 5. Perspectiva de desenvolvimento funcional:







## - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO -

GABINETE DO PREFEITO

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente superior no cargo que ocupa.

#### 6. Atribuições típicas:

- todas as atividades desenvolvidas com crianças com deficiência.
- cuidado com a higiene das crianças com deficiência.
- acompanhar o processo de adaptação dos alunos com deficiência novos na escola e dos que estão nas séries iniciais de um segmento, sobretudo no início das aulas.
- analisar o grupo em diferentes contextos: como ele se organiza, os espaços que ocupa, as brincadeiras e os jogos que privilegia no dia a dia.
- observar os valores que circulam longe do olhar dos professores.
- manter clima de harmonia e tranquilidade entre os usuários, zelando pela integridade física e moral intervindo em situações de conflito, aplicando medidas educativas de acordo com as normas internas, para restaurar e manter a disciplina e um bom ambiente na unidade;
- preencher fichas cadastrais com registros da rotina do usuário;
- organizar e manter atualizado arquivo sobre os dados pessoais dos usuários assistidos;
- participar da elaboração e revisão de normas e rotinas, para aprimorar o trabalho realizado;
- realizar levantamentos de dados diversos para estudo e identificar problemas a serem analisados;
- executar outras atribuições afins.
- cuidam de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida.
- demonstrar preparo físico
- auxiliar na ida ao banheiro ou com higiene pessoal
- ajudar na hora das refeições
- influenciar e ajudar com brincadeiras inclusivas
- auxílio direto com Pessoa Com Deficiência
- apoio a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- ensino e ajuda sobre Atividades de Vida Autônoma (AVA);
- ensino e ajuda com Atividades de Vida Prática (AVP);
- trabalho em grupos de alunos com necessidades especiais;

A 4 40 E 4 T 1 C	1 1 , ,	•	1 , 1	1 1' ~
Art A' - Heta I Al (	Omnlementar entra	em vigor na	data de cita	nuhlicacao
AIL T LSUILUIC	Complementar entra	ciii vigoi na	uata uc sua	publicação.

Marataízes/ES,	de novembro	de	2025

ANTONIO

Asianado digialmente por ANTONIO

BITENCOURT 1447300 DNC CARRO COLOR TONIO

BITENCOURT 001-147300 DNC CARRO COLOR TONIO

BITENCOURT 001-1473000 DNC CARRO COLOR TONIO

T: 001-14700000 DNC CARRO DNC CARRO COLOR TONIO

T: 001-14700000 DNC CARRO DNC C



